

# CORREIO REAL 8

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

JULHO 2012

## D. Manuel II 1889 - 1932

- reinado
- serviço
- legado

### Entrevista

Rui Moreira

*"Os portugueses apreciam muito o Senhor D. Duarte ser uma pessoa em quem se podem rever."*



CAUSA REAL

*Têm os leitores nas mãos o número 8 do Correio Real. Este número permite asseverar que o projecto de cobertura nacional da nossa publicação tem continuidade. Era para nós fundamental assegurá-la, colocando o Correio Real ao serviço do Movimento Monárquico.*

Queremos que esta publicação seja um importante instrumento de apoio à divulgação da mensagem da Causa Real. Que seja parte integrante do seu plano de comunicação. Que consiga unir os monárquicos em torno de um projecto comum, apesar da descontinuidade geográfica. Por isso, o Correio Real tem de ser feito por muitos e sobretudo tem de ser feito a pensar em todos. Tem de estar aberto ao contributo das diferentes Reais Associações e pretender beneficiar da riqueza dessa pluralidade.

Contudo, assumimos a nossa tarefa na sua dimensão estritamente instrumental. O que nos move, o que verdadeiramente nos une é a defesa intransigente do nosso País, das suas gentes, das suas tradições. O que nos entusiasma é a defesa do que faz de Portugal o que o nosso país foi, o que ele é e o que ainda há-de ser. Não somos apenas reminiscência de glórias antigas. Mas também delas somos feitos. Não somos apenas crise e austeridade, défice e dívida externa, mas também isso nos deve motivar a exigir que se arrepie caminho. Porque se somos o que fomos, ou melhor, se também somos o que fomos, não podemos deixar que sejam outros a talhar o que seremos. Não podemos cruzar os braços e abdicar de defender o caminho que nos levará ao que queremos ser. Fazemo-lo por nós em nome dos que nos sucederem.

Um país tão singular como o nosso não é fruto de uma qualquer conjuntura. Mas pode ser vítima dela se não soubermos protegê-lo. E é porque nos batemos por Portugal que defendemos a Instituição Real. A Coroa não é um fim em si mesmo. Ela é, apenas, sinónimo de valores que não queremos ver afastados da vida pública. A Coroa é serviço, é dignidade e é honra. E infelizmente, os dias de hoje mostram bem que não basta haver quem saiba dizer ou ensinar o que é a honra. É preciso sobretudo quem saiba, pelo seu exemplo de vida, mostrar o quanto a honra deve preceder o proveito.

**Nuno Pombo**

*Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.*



**Real Associação de Lisboa**

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa  
www.reallisboa.pt  
Atendimento de segunda a quinta-feira,  
das 15 às 18 horas  
Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702  
Fax: [+351] 21 342 8116  
Email: secretariado@reallisboa.pt



**Correio Real**

Director: Nuno Pombo  
Chefe de redacção: João Távora  
Redacção: Duarte Calvão, José Maria Tavares de Almeida  
Design e edição: Madalena Pestana de Vasconcelos  
Produção: Sinapse Media  
Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo  
2650 exemplares  
**TODOS OS NÚMEROS DO BOLETIM EM PDF EM:**  
www.reallisboa.pt

*De passagem por Inglaterra, parei na Universidade de Loughborough. Fundada em 1909 como instituto técnico, a visão e apoio infatigável de três humildes funcionários públicos assegurou a sua constituição e desenvolvimento. O lema da agora universidade, (confirmação por Decreto Real de 1966), é Veritate, Scientia, Labore (através da Verdade, da Ciência, e do Trabalho), traduzindo o espírito em que foi fundada.*

Não tendo a antiguidade de uma Universidade de Cambridge ou o reconhecimento internacional de um LSE, Loughborough aparece regularmente nos "Top 10" das universidades do Reino Unido, com aptidões premiadas no ensino e na pesquisa e dotada de infraestruturas desportivas invejáveis (alberga a actual equipa Olímpica Britânica, que inclui 15 dos seus alunos). É claramente um exemplo de sucesso.

Cito-o não para fazer comparações ou para empolar a instituição, mas porque o seu lema me prendeu a atenção e aplica-se à nossa Causa Real.

Mais do que a credibilidade do projecto, ou o uso dado ao saber (ambos fundamentais), o sucesso de Loughborough deve-se à persistência, tenacidade, trabalho e dedicação dos seus promotores. Ou, segundo Thomas Edison, 10% inspiration and 90% perspiration (10% inspiração e 90% transpiração). É disso que a nossa Causa precisa como comprova o sucesso deste Correio Real número 8!

**Luís Lavradio, Presidente da Causa Real**

P.S. No editorial no CR7, sobre o místico número 7, por lapso não mencionei o mais óbvio. As minhas desculpas ao senhor Cristiano Ronaldo.

Na boa tradição da imprensa de intervenção política, iniciamos neste número um novo espaço de desenho humorístico, que procuraremos seja preenchido com o talento de artistas que comunguem dos nossos valores. A honrosa estreia cabe à artista plástica Mariana Filipe.

Com o propósito de estabilizar a linha gráfica do nosso boletim, contamos a partir deste número com a prestimosa colaboração da designer Madalena Pestana de Vasconcelos. Ao Vasco Rosa, que mantém a sua colaboração, aproveitamos para deixar expresso os nossos reconhecimento e gratidão.

• **João Távora, Chefe de redacção.**

8	
ÍNDICE	
<b>ACTUALIDADE</b> • O Reinado de D. Manuel II, no âmbito do 80º aniversário da sua morte • <b>JMTA</b>	4
<b>ENTREVISTA</b> • <b>Rui Moreira</b> : "Temos que aprender a não ser programáticos. Se vamos para causas morais e éticas e tomamos partido estamos a afastar pessoas com visões diferentes." • <b>João Távora e Duarte Calvão</b>	6
<b>OPINIÃO E DEBATE</b> • Trabalhos de Hércules • <b>João Távora</b> • D Manuel II e o Manuelismo • <b>Carlos Bobone</b> • O Rei como garante da democracia e da igualdade. Notas várias para uma Nova Monarquia • <b>Miguel Castelo-Branco</b> <b>Cartoon de</b> • <b>Mariana Filipe</b> • Pátria descoroada, Nação agrilhoada • O que posso fazer pelo meu Portugal? • <b>José Alarcão Troni</b> • A Monarquia no Século XXI • <b>Jorge Leão</b>	11 12 16 17 18 20
<b>NOVOS SÓCIOS</b> • Nuno Bandeira • <b>Duarte Calvão</b>	21
<b>NOTICIÁRIO</b> • Visita a Odivelas – 23.º aniversário R.A.L. • Lisboa acolhe XVIII Congresso da Causa Real • A Real Associação de Viseu completa este ano 20 anos de existência • <b>Álvaro Meneses</b> • Juventude Monárquica de Lisboa tomou posse e já a trabalhar	22 23 24 25
<b>BIBLIOTECA</b> • Paiva Couceiro - Diários, Correspondência e Escritos Dispersos. De Filipe Ribeiro de Meneses (ed.) • <b>Vasco Rosa</b> • D. Manuel II e D. Amélia. Cartas Inéditas do Exílio. De Fernando Amaro Monteiro • <b>Joana Dias Pereira</b>	26 27

## No ano em que se assinalam 80 anos da morte do último Rei de Portugal RAL organizou conferência sobre a dimensão política do reinado de D. Manuel II

*A Real Associação de Lisboa (RAL) organizou no passado dia 5 de Maio uma conferência sobre a dimensão política do reinado de D. Manuel II, uma acção integrada num programa de eventos mais vasto que tem por objectivo assinalar o 80º aniversário da morte prematura do último Rei de Portugal.*

Esta iniciativa decorreu na sede do Centro Nacional de Cultura, ao Chiado, tendo o seu Presidente, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, tido a amabilidade de receber pessoalmente os presentes e de abrir a sessão. A sala de conferências foi pequena para acolher as mais de 70 pessoas, monárquicos mas também republicanos, que se juntaram para ouvir as brilhantes alocações dos oradores convidados, dois dos historiadores portugueses que melhor conhecem o período em causa e a acção e personalidade do monarca.

A Professora Doutora Maria Cândida Proença - autora de mais de duas dezenas de livros, entre os quais a mais recente biografia de D. Manuel II -, e o Professor Doutor José Miguel Sardica, um dos mais notáveis representantes da nova geração de historiadores portugueses e que tem publicado obras essenciais para a compreensão do constitucionalismo monárquico português, brindaram-nos com duas cativantes palestras, que revelaram um pouco mais



daquilo que foi a vida dramática de D. Manuel II, tendo respondido, de forma também entusiasmante, às perguntas que do auditório vieram.

O Rei-Saudade, como lhe chamava o povo contagiado certamente pelo mesmo sentimento, foi também, e acima de tudo, um grande Português, que sempre serviu incansavelmente os permanentes interesses da Nação, quer na vigência da Monarquia, quer já em república, esse mesmo regime que, em 1908, cobardemente lhe furtou Pai e Irmão, para dois anos depois lhe roubar também o solo sagrado da Pátria.

### Um Rei à frente do seu tempo

D. Manuel II foi chamado ao trono em circunstâncias totalmente inesperadas e dramáticas: na sequência de um Regicídio, algo até então inédito na história de Portugal.

Como tão bem destacou José Miguel Sardica, El-Rei, que foi sempre um homem à frente do seu tempo, com ideias mais progressistas do que a maioria dos republicanos seus contemporâneos, procurou fomentar no país um clima de acalmação.

Tentou inclusivamente ultrapassar os opositores da Monarquia pela “esquerda”, erodindo assim as bases de apoio do Partido Republicano Português entre as massas populares.

A demissão de alguns sectores já só nominalmente monárquicos, em conjunto com a irredutibilidade de parte dos republicanos, aliados a sectários já

fanatizados pelo sangue dos Mártires de Fevereiro, fizeram com que os esforços de D. Manuel II fossem infrutíferos e que os sucessores de Afonso Henriques fossem (ainda que temporariamente, segundo esperamos...) afastados de forma traiçoeira da suprema representação da unidade nacional.

No entanto, até à última hora, já a bordo do late Amélia, D. Manuel II exigiu que o levassem ao Porto com o objectivo de liderar a Restauração a partir da Invicta, o que não viria a acontecer, por razões não satisfatoriamente conhecidas.

### “De um português de Londres”

Acolhido a Twickenham, Inglaterra, onde habitou numa rua que hoje se honra com o seu nome, D. Manuel II colocou os seus contactos, capacidade de influência e enorme talento diplomático ao serviço de Portugal, a nação plurissecular que, como alguém lembrou recentemente, não se confunde nunca com um regime que teve como principais argumentos as “balas perforantes” de 1908.

Efectivamente, valendo-se do seu acesso privilegiado à Família Real (na qual aliás esteve para casar para grande terror dos republicanos portugueses) e à elite política britânica, El-Rei em muito contribuiu para que Portugal mantivesse intacto o seu Império Ultramarino durante e na sequência do turbilhão que foi a Primeira Grande Guerra.

Pese embora esta constante preocupação com um país desgovernado por uma I República autofágica, os políticos portugueses de antanho nunca lhe renderam a merecida gratidão.

Entre muitos outros episódios, Maria Cândida Proença, que na sua intervenção revelou aspectos pouco conhecidos da vida d’ El-Rei no exílio, nomeadamente as suas actividades filantrópicas e



de voluntariado, contou um que bem pode servir de símbolo da ingratidão republicana. Em conversa com António Ferro, D. Manuel II confidenciou com audível tristeza na voz que a sala de operações do Hospital Português, em Paris, durante a guerra, tinha sido montada e financiada por ele. “Sabe o que puseram na placa da fundação? ‘De um português de Londres.’”

### O homem da cultura lusíada

De referir também o papel incontornável que D. Manuel II desempenhou na cultura lusíada, nomeadamente no campo da pesquisa bibliográfica, entre outros. Os seus trabalhos ainda hoje são considerados de referência.

D. Manuel II casou com a sua parente a princesa D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen. Infelizmente, o casal não teve filhos. O último Rei de Portugal faleceu de forma abrupta e totalmente inesperada no dia 2 de Julho de 1932, vitimado por um edema da glote. Por justa determinação do governo da época, o seu corpo foi trasladado para Portugal e teve funeral com honras de Estado, como cumpria a um Rei de Portugal.

JMTA

# “Temos que aprender a não ser programáticos. Se vamos para causas morais e éticas e tomamos partido estamos a afastar pessoas com visões diferentes”

## Entrevista a Rui Moreira

*Conhecida figura dos meios empresariais e associativos, com forte intervenção pública, Rui Moreira é monárquico de longa data, defendendo que o nosso movimento deve estar mais em sintonia com o sentir actual das populações.*

**CR: Como é que se começou a interessar pela parte política monárquica?**

Em primeiro lugar, pelo meu avô materno. Esse resíduo de infância fica sempre, os valores. Uma ética diferente da que se vivia já então nas ruas. Apesar de ele ter morrido cedo, nos anos 60, era uma pessoa que apelava a esses valores. Depois, o facto de ter vivido em Inglaterra e, principalmente, na Noruega, que considero uma monarquia perfeita, contribuiu para me tornar monárquico. Percebi na Noruega que sendo um país que já na altura era

extraordinariamente avançado nos usos e costumes e tudo mais, convivia muito bem com uma monarquia constitucional, que as pessoas admiram, não contestam, que é um símbolo do país, um símbolo de unidade. Lembro-me de encontrar os monarcas, ao contrário dos ingleses, que vivem distantes do seu povo, a passear os cães no mesmo passeio que eu atravessava para ir trabalhar. Isso impressionou-me muito. Confirmava que era possível ter uma monarquia avançada, desenvolvida, e conviver com ideias diferentes. Há pessoas com ideias muito diferentes, desde nacionalistas fanáticos até uma esquerda libertária, mas todos têm um enorme respeito pelos monarcas e pelo que eles representam. Não lhes passa pela cabeça contestar a monarquia.

**CR: Também em termos de sociedade, costumes, há uma ideia em Portugal de que os monárquicos são conservadores, rígidos, protocolares...**

Eu julgo que aí a culpa está dos dois lados. É verdade que em Portugal há uma corrente republicana que tenta colar os monárquicos a essa imagem do passado, acho também que há alguns dos monárquicos que pecam por vestirem essa carapuça e por vezes defenderem questões que pouco ou nada têm a ver com a monarquia. Evidentemente que as tradições são muito importantes, mas nós não podemos virar as costas aos movimentos e à sensibilidade das pessoas. Incomoda muito ouvir discursos que nos tentam colar a uma visão reaccionária. Não tem a ver com ser de direita ou esquerda, é reaccionária porque vai contra aquilo que é a sensibilidade das populações. A sociedade evoluiu muito, e rapidamente, e não nos cabe a nós, monárquicos, fazer julgamentos sobre esses valores. Esses julgamentos afugentam muito as pessoas.

**CR: Tivemos agora o Jubileu da Rainha Isabel II com toda aquela grandiosidade, eloquência e protocolo, mas contrapõe uma monarquia que parece primar até por uma certa discrição em termos de mediatismo..**

Eu gosto mais de uma monarquia com menos pompa. À volta da monarquia inglesa há uma enorme máquina publicitária, que funciona muito bem. Eu respeito isso, mas tendencialmente gosto mais das monarquias continentais como a holandesa, a belga ou as escandinavas, porque têm uma visão mais terra a terra, de maior proximidade com as pessoas, que é exemplar na forma como se comportam, como reagem com os seus súbditos. E sem querer ser insultuoso, nessas monarquias é tudo um bocadinho menos folclórico do que aquilo que há à volta da família real britânica. Mas também se percebe que em Inglaterra seja assim, não nos podemos esquecer que esta foi a rainha que assistiu à descolonização. E quando se pensava que isso podia pôr em risco o espírito monárquico britânico, eles viraram isso com uma máquina de comunicação e publicitária muito forte e, nesse aspecto, fizeram bem. Mas não me parece ser esse o caminho que se identifica connosco, nem acho que devamos seguir por aí, porque nós, de facto, somos diferentes. Muitas vezes tendemos a achar que somos mais parecidos com os ingleses do que de facto somos.

**CR: Não acha que os portugueses apreciam também uma certa distância da parte de quem tem poder?**

Acho que não. Basta ver a relação que os portugueses, sobretudo os mais humildes, têm com o Senhor Dom Duarte, que, se repararem, tem uma relação extraordinária com as pessoas com quem se encontra na rua. Os portugueses apreciam muito isso, o ele ser uma pessoa em quem se podem rever.

**CR: O verdadeiro primus inter pares?**

O *primus inter pares*. O rei liberal que se envolveu em causas como Timor, que se envolve em causas

como a agricultura. Os portugueses apreciam muito isso. Nós não devemos alterar essa relação entre a nossa Casa Real e os portugueses. Acho que não devemos fazer disto uma coisa com pompa e circunstância, principalmente nos tempos actuais. É evidente que se não tivesse havido o 5 de Outubro, se calhar nós poderíamos ter desenvolvido a monarquia de outra maneira. Mas hoje a relação é diferente e aproxima-se muito mais daquilo que são as monarquias continentais.



**CR: Gostaríamos que falasse da sua visão estratégica para o país, das causas que defende, nomeadamente nos transportes.**

Portugal só vale para fora de si. Nós não valemos para dentro de nós. Há países continentais como a Alemanha, a França ou a Espanha que podem viver para dentro de si, nós não. Essa tem sido, ao longo dos séculos, a nossa realidade. Só fomos grandes quando fomos capazes de olhar para fora de nós mesmos. Acho que nos últimos anos, o que aconteceu com a descolonização, com a adesão à União Europeia e com o eldorado desta adesão, foi que de repente esquecemos essa raiz e tentámos transformar-nos num país continental. E eu diria *malgré-nous*, porque temos uma enorme diáspora, que de alguma maneira justificaria que lhe déssemos outra atenção.

**CR: Mas o que é isso de uma estratégia para Portugal?**

A questão fundamental do conceito de estratégia tem a ver com o seguinte: não vale muito a pena reclamarmos por causa da nossa posição geoestratégica no mundo. Tenho vindo a interessar-me por questões como a ferroviária, aeroportuária, a questão do mar, etc., e verifico que nós não temos sido capazes de compreender a nossa nova territorialidade, depois da descolonização. Prova

disso é que, sendo um país que subitamente está reduzido a 90 mil quilómetros quadrados, estamos a fazer a hiperconcentração do país em dois pólos, Lisboa e Porto, ou até só num, porque acho que há uma hipercapitalidade em Portugal, o que é dramático para o país. É dramático até para Lisboa. E os piores centralistas não são os lisboetas, pelo contrário.

**CR: Como é que se contraria isso?**

Essa hipercapitalidade tem de ser contrariada através de medidas políticas de desenvolvimento. Acho que estamos a desperdiçar o nosso território, no interior só vivem os velhos e os desvalidos. Nem temos sido capazes de compreender como se chega a essa Europa querida, que nós queremos. Veja-se a nossa política em termos de transportes marítimos em que não fomos capazes de construir uma frota mercante. Em que não somos capazes de ter uma coerência em relação às questões de caminho-de-ferro, em que devíamos ter negociado com Espanha doutra forma.

**CR: Defende também transportes ferroviários para nos ligar à Europa...**

Quando olhamos para as nossas regiões verificamos que há duas regiões plano que têm, em termos de balança comercial, superavit: o Centro e o Norte.

Curiosamente o Centro tem até um *superavit* ligeiramente superior ao do Norte, por causa da região de Águeda e Aveiro. Ou seja, as nossas exportações concentram-se, a não ser na pasta de papel e nos automóveis, por causa da Autoeuropa, maioritariamente na zona Centro e na zona norte do país. Logo, aquilo que seria óbvio na via-férrea seria nós investirmos na linha da Beira Alta. Para mim, o único desígnio estratégico possível é termos um *pipeline*, ou seja, se nós sabemos que as nossas mercadorias não podem chegar ao centro da Europa, ou dificilmente chegam, por via marítima por causa dos países continentais, se sabemos que a rodovia está condenada a prazo por causa das questões ambientais e das questões energéticas, então o que precisaríamos era de um *pipeline* que levasse as nossas mercadorias ao centro da Europa.

*“Se um presidente da república tem de reclamar que é o presidente de todos os portugueses é porque quer adquirir a tolerância que todos nós já teríamos se ele fosse rei”*

**CR: Esse pipeline é a via-férrea...**

Aquilo que eu defendo é a aposta na linha da Beira Alta, com uma ligação pelo norte de Madrid à Europa. E depois nós temos um porto seco ideal, que é Aveiro. Está exactamente na confluência entre a zona Norte e a zona Centro e ainda por cima pode ser servida pela linha do norte que existe e que poderia descarregar ali mercadoria.

**CR: Voltando ao tema da monarquia, qual é, no seu modo de ver, a garantia de sustentabilidade da causa real?**

Em primeiro lugar, diria que o relógio da história nos é benéfico. Acho que as celebrações do centenário da República foram extraordinariamente importantes para nós, porque, de repente, se desmistificou a I República. Havia uma ideia poética do que tinha sido a I República, mas os mais atentos já perceberam que foi um tempo de insurreição permanente. Sobre a II República, toda a gente tem as suas convicções e a generalidade tem convicções negativas. A III República está no estado em que está e portanto, hoje em dia, os portugueses muito

dificilmente se identificam com a Constituição.

**CR: Acha a nossa Constituição ideológica?**

Não e não me agride muito o facto de ter um preâmbulo ideológico, que é um mero um vestígio de uns dinossauros. Acho é que é programática. O que vemos hoje é que as pessoas se estão a afastar dos partidos. Ou seja, a democracia representativa, tal como nós a entendemos está posta em causa, o que abre uma nova perspectiva. E, pela primeira vez desde o 25 de Abril, a figura do Presidente da República é fortemente contestada por sectores à direita e à esquerda. Tradicionalmente, o Presidente da República era mais ou menos consensual. Quando não era, como normalmente vinha da esquerda, o povo de esquerda dizia que era o presidente de todos os portugueses. Já de si, esta necessidade de evocar isto convém ao nosso ideal monárquico. Se de facto um presidente tem de reclamar que é o presidente de todos os portugueses é porque, no fundo, quer adquirir a tolerância que todos nós já teríamos se ele fosse rei. Nós, os monárquicos, temos um conjunto de virtudes e de vantagens que temos de ser capazes de trabalhar, mas é um caminho longo, geracional, uma maratona.

**CR: Como é que podemos começar a traçar este caminho?**

Temos que aprender a não ser programáticos. Porque os monárquicos têm sido programáticos e assim não podemos condenar a república por ser programática. Se vamos para causas morais e éticas e tomamos partido, as pessoas não vão passar a ser monárquicas por nós estarmos do lado delas. Ao mesmo tempo, estamos a afastar uma série de pessoas que tem visões diferentes. Porque a sociedade evoluiu, porque a moral evoluiu e portanto cada um de nós deve ter direito aos seus princípios morais, que devem ser respeitados.

**CR: Qual o papel das Reais Associações na tal maratona que é preciso correr?**

É importante que existam e que cada uma funcione

#### UMA PEQUENA NOTA BIOGRÁFICA...

**N**asci no Porto há 55 anos, estudei no Colégio Alemão e depois no ensino público, no Liceu Dom Manuel II, que era um excelente liceu, e depois no Liceu Garcia de Orta. Coincidindo com o 25 de Abril, logo a seguir fui para Londres, onde me licenci em Gestão pela Universidade de Greenwich. Andei pela Europa, vivi algum tempo na Noruega e na Alemanha e vim para Portugal em 78e fiquei com um dos negócios tradicionais da família. Fiz a minha vida a partir dessa empresa, até que em 1991 resolvi vendê-la e trabalhar noutras coisas. Desde então, dedico-me à vida associativa,, escrevo, faço televisão, enfim, faço aquilo de que gosto. Como vendi bem a empresa, isso permitiu-me alguma liberdade.

Tenho dois filhos, um deles estudou em Cambridge, o outro estuda em Milão, na Bocconi. Faço parte de uma família tradicional do Porto, mas com ligações a Lisboa. O meu avô materno, José Luís Brandão de Carvalho, que muito me influenciou, era de Lisboa, monárquico, do Belenenses e foi uma pessoa que nos inspirou muito, tinha uma visão extraordinária da vida, das relações humanas e também das tradições, daquilo que nós temos de bom em Portugal e que tantas vezes esquecemos. Por outro lado, tenho o exemplo do meu pai, uma pessoa absolutamente inovadora, um visionário na área da indústria, que viajava pelo mundo numa altura em que os portugueses tinham quase medo de o fazer...

como um núcleo com autonomia. Mas temo sempre, e não estou a apontar o dedo a ninguém, que se vá excessivamente pela pompa e pelo tal espírito programático, do género, “aquela pessoa é a favor do aborto então não pode ser monárquica”. Isto não pode ser. Eu estou particularmente à vontade porque não sou a favor do aborto, mas acho que tentar confundir as coisas é terrível. Ou seja, se queremos voltar à monarquia através do tradicionalismo, é uma guerra perdida e não contarão comigo porque não é esse o sentimento das pessoas. Nós devíamos estar a discutir coisas importantes como o que é a essência da Europa. Até porque vamos precisar de uma nova Constituição europeia, porque já se percebeu que aquilo que foi feito estava mal feito. Voltar a falar nos valores da cultura, no que são os pilares da civilização europeia, perceber que tem três raízes: Roma, Atenas e Jerusalém, por esta ordem. Numa federação europeia, é preciso a simbologia e esta vem da

nossa história. Se formos capazes de explicar isso, as pessoas entendem e as futuras gerações entenderão o valor da monarquia enquanto um dos pilares daquilo que é um Estado Nação, com as suas origens e a sua história, e que tem as suas tradições e que as quer guardar.

**CR: Ser monárquico trouxe-lhe dificuldades?**

Há sempre uma tentativa de ridicularizar, mas as pessoas que são do Porto estão habituadas, eu convivo bem com isso. Às vezes, avisam-me: “se você tem aspirações políticas, não se meta nisso!”. Outras vezes, vêm tentar discutir o sangue azul, mas eu não discuto esse género de coisas.

Entrevista de **João Távora e Duarte Calvão**.

## Trabalhos de Hércules

**João Távora** [joao.lancastre.tavora@gmail.com](mailto:joao.lancastre.tavora@gmail.com)

Parece-me inegável que a afirmação do movimento monárquico em Portugal nos últimos anos, vem ganhando fôlego. As acções e debates decorrentes do centenário do regicídio e da implantação da república, uma dinâmica pragmática da Causa Real, sob a direcção duma figura política de peso, a afirmação de outros movimentos de intervenção cívica de tendência monárquica, o irresistível humor das bandeiras hasteadas na Câmara Municipal de Lisboa e no alto do Parque Eduardo VII, a simpatia, mesmo que tímida, manifestada por novas gerações de académicos e fazedores de opinião são sinais positivos que não devemos menosprezar. Hoje, a Lusa, as TVs e os jornais reconhecem as estruturas da Causa Real como interlocutores preferenciais, quando pretendem abordar o tema. Se juntarmos a tudo isto a facilidade de publicação e disseminação de notícias e mensagens através das Redes Sociais, seremos obrigados a reconhecer que algo mudou nos últimos anos.

E sei bem quanto, apesar disso, estamos muito perto do ponto de partida, e de como o tema “mudança de regime de chefia do Estado” se mantém longe da agenda mediática. Acontece que ela se alimenta da voracidade das disputas pela “governança” do país, dos partidos, das grandes empresas, dos grupos profissionais ou de interesses, questões a que os monárquicos, nessa qualidade, deviam ser alheios. E depois há a “espuma dos dias” e a notícia espectáculo, critérios impiedosos para a sobrevivência desta indústria. Colocarmos a nossa Causa nesses palcos requer não só aproveitamento de oportunidades às quais devemos estar atentos, mas principalmente exige um trabalho profissional sustentado e respectivos meios financeiros.

Nas nossas mãos está no entanto a determinação na firme recusa em colarmos a Causa a facções, quer ideológicas, religiosas ou de costumes. Estou convencido que, para além dos danos que

derivam dos costumeiros rótulos estereotipados que nos colam, os que nos fazem mais massa são os que resultam da colagem de diferentes planos e motivações de intervenção. Sejam questões da chicana política, remoques históricos, convicções religiosas ou de costumes. Acontece que, neste caso, o resultado de menos com menos dá mesmo menos, e da amálgama desses planos sobra uma suicidária utopia e uma pretensa pureza ideológica que nos isolam e nos projectam para o exterior como excêntricos.

A Instituição Real moderna é, por natureza, abrangente, agregadora e não facciosa. As disputas entre esquerda e direita, religião ou ateísmo, socialismo ou liberalismo, têm que ser esgrimidas com todo o vigor, mas noutras arenas, de modo a não contaminarem a Causa e o nosso Príncipe. Perguntar-me-ão os mais desconfiados: para que serve então o Rei se este não intervém nem revoluciona as políticas e costumes ao seu legítimo e fundamentado gosto? Respondo que, no mínimo, serve para que numa parte pequena mas altamente simbólica da pirâmide do poder resida uma inspiradora e imaculada referência moral e de imparcialidade. Personificação duma improvável realização quase milenar chamada Portugal, a ligação transgeracional aos nossos avós comuns, que contra ventos e marés por tantos séculos o souberam dignificar.

Para lá de qualquer agenda fantasiosa, estou convicto que aquilo que urge é reunir tantos portugueses quanto possível na defesa e promoção da nossa Casa Real. Acontece que se dá o extraordinário facto de, após um século de desgraçada república, possuímos uma incontestável Casa Real e com geração. Esse é um património a defender com todas as nossas energias, um significativo privilégio em relação às muitas irremediáveis repúblicas europeias. Facto que todos nós deveríamos fazer por saber merecer, não só com palavras mas com actos.

## Regularização de quotas:

**Apelo!**

## Sabia que

toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos, 213 428 115

Correio electrónico: [secretariado@reallisboa.pt](mailto:secretariado@reallisboa.pt) Site na internet: [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt)

# “D. Manuel e o Manuelismo”

Carlos Bobone [clbobone@hotmail.com](mailto:clbobone@hotmail.com)

A elevação de D. Manuel II ao trono foi tão abrupta, que não houve tempo para se reunir em volta dele nenhum desses grupos que gravitam perto dos príncipes herdeiros, com um vasto e ambicioso programa de reformas destinado a mudar a feição do país. Por isso o seu reinado ficou preso a uma classe política gasta, operando num ambiente degradado. No entanto, apesar das circunstâncias que concorriam para apagar a sua personalidade política, o jovem monarca revelou uma aguda consciência ética e estratégica sobre o modo como devia desempenhar-se da sua missão dinástica e salvar a monarquia. O primeiro acto da vontade régia, pôr termo à experiência franquista e inaugurar a política da “acalmação”, foi aquele que ficou marcado na memória histórica como a feição característica do seu reinado, e constituiu sem dúvida um sinal de fraqueza do regime, que o partido republicano estava preparado para explorar. Se a actuação política de D. Manuel se tivesse reduzido a esta substituição de uma política por outra, a sua herança histórica seria um traço de inabilidade estratégica, embora firmado com uma vontade forte. Mas foi muito mais longo o alcance do seu pensamento e da sua acção.

A vontade de romper o cerco em que a política rotativista o encarcerava foi um dos traços mais salientes da sua actuação enquanto rei. Empenhado em cumprir os seus deveres de soberano católico, procurou fazer-se o advogado das classes pobres junto do governo, e para isso abriu uma ligação directa ao seu povo, correspondendo-se pessoalmente

com os dirigentes do movimento operário, Azedo Gneco e Aquiles Monteverde, que lhe transmitiam as impressões recolhidas nos meios mais indigentes. D. Manuel recolhia essas notas e transmitia-as aos seus ministros, que sem pressas nem excesso de zelo

iam adoptando algumas das recomendações régias. Na opinião do rei, ao imperativo moral de melhorar as condições de vida dos mais pobres, juntava-se o imperativo político de subtrair os operários à influência da propaganda republicana, explorando as divisões entre o movimento operário e o partido republicano. Neste ponto mostrava uma apurada sensibilidade política, pois o conflito entre as duas forças era profundo e veio a rebotar com violência durante a vigência da república.

Mais ambicioso do que este plano, e procurando atingir o âmago das fraquezas nacionais, foi o empenhado esforço com que D. Manuel se debruçou sobre o vasto inquérito encomendado ao sociólogo francês Léon Poinard. Esta autêntica sumidade da escola de

Frédéric le Play, que iniciara os estudos de campo em sociologia, deslocou-se a Portugal em 1909, com a incumbência de procurar as razões profundas do estado de decadência em que o país se atolara. Viajou de Norte a Sul, estudou os mais variados meios sociais, familiarizou-se com os meios citadinos e rurais, leu a história portuguesa e consultou a mais moderna investigação etnográfica sobre o modo de vida material, cultural e religioso de cada província.



*“O Rei procurou fazer-se o advogado das classes pobres junto do governo, e para isso abriu uma ligação directa ao seu povo, correspondendo-se pessoalmente com os dirigentes do movimento operário.”*

Apurou dados estatísticos e económicos, comparou a divisão da propriedade nas várias regiões, e produziu no final um diagnóstico tão profundo como até então não se conhecera, sobre o estado social da nação portuguesa. O estudo de Léon Poinard, publicado em livro com o título de “Portugal Ignorado” (1912), ficou concluído depois da mudança de regime, e leva no fim uma nota sobre os últimos acontecimentos políticos.

O diagnóstico de Léon Poinard revela causas históricas e sociais na raiz dos problemas portugueses, vendo na instabilidade política e na debilidade do tecido económico as consequências de um mal mais profundo – a secular desorganização da sociedade, alicerçada numa estrutura familiar sem grande consistência. Portugal é caracterizado como um país que desde vários séculos atrás “se desviou do regimen normal do trabalho”, por circunstâncias históricas como a expansão ultramarina, a abundância de escravos ou a ociosidade das classes dominantes. “Poucas nações teem passado por circunstancias desorganizadoras tão profundas e contínuas como as que o povo portuguez tem sofrido”. Passando em revista as soluções que os sucessivos governos adoptaram ao longo dos tempos para contrariar a estagnação e decadência da nação portuguesa, mostra a pouca eficácia e o curto alcance das políticas adoptadas, por não atacarem as raízes do problema. E aponta as necessidades do país, destacando, de todas elas, a prioridade maior: a reconstituição da estrutura da família portuguesa.

No interior do livro deixa um apontamento sobre a atenção que o rei D. Manuel dedicou àquele inquérito, não apenas acompanhando os passos da investigação, mas definindo-lhe mesmo alguns dos objectivos. Reconhecendo que o rei era mediocrementemente aconselhado e não tinha experiência nem autoridade para dominar os partidos, impondo-lhes reformas profundas, acrescenta que ele “era animado das melhores intenções e do mais vehemente desejo de exercer inteligentemente e com utilidade para o paiz as suas elevadas funcções de rei”, revelando depois: “Tomara grande e directo interesse pelos nossos estudos sobre Portugal e empenhara-se por conhecer-lhes prontamente o resultado. Tivemos de responder minuciosamente a uma serie de perguntas redigidas pelo seu proprio punho e que denotavam uma

intelligencia muito viva e uma precoce circunspecção de espirito pouco vulgar na sua idade”.

Dada a curta duração do reinado de D. Manuel, ficam-nos apenas indícios como este, para conhecermos o que poderia ter sido o manuelismo no seu período reinante. O outro manuelismo, que se definiu penosamente no exílio, lutou durante 22 anos para se fazer ouvir pelos seus mais zelosos servidores. Depois de 1910, as relações de D. Manuel com as suas hostes formaram uma tortuosa trama, feita de desencontros entre os ímpetos guerreiros dos segundos e o tranquilo planeamento político do primeiro. O rei via o movimento monárquico como um agrupamento político unido, pacífico e ordeiro, com um chefe nomeado por ele, e servido por jornais que explicassem claramente a visão política do monarca. Mas os seus fiéis não aceitavam impávidos os enxovalhos que a república lhes infligia, respondiam ao golpismo republicano com monárquico golpismo, e aclamavam um chefe, que não o escolhido pelo rei.

Os acontecimentos do 5 de Outubro douraram o perfil de Paiva Couceiro com as cores do heroísmo, erguendo-o ao papel de supremo paladino da



D. Manuel II em 1909 em Hyde-Park, com o Marquês de Lavradio e o Visconde de Asseca.

monarquia, o único oficial que se batera com denodo no meio da cobardia generalizada. Espontaneamente foi tomado por chefe dos monárquicos e olhado como o comandante natural de qualquer movimento restaurador. Couceiro tomou o lugar que a opinião pública lhe conferia e norteou o movimento monárquico para a via da conspiração armada. Contrariava assim a vontade política do rei exilado, que sempre afirmou pretender o seu regresso quando fosse chamado ao trono pela vontade da nação, livremente expressa. Deve notar-se que semelhante exigência parecia uma abdicação. No regime que se vivia em Portugal, não se vislumbrava possibilidade alguma de essa condição se reunir, pois a república não mostrava o mais leve empenho em consultar a vontade da nação, ou em permitir que esta se exprimisse por qualquer meio que fosse.

O inesperado triunfo da república mostrara que uma vitória pela força das armas arrasta consigo, nos dias posteriores, uma onda

de conversões e adesões espontâneas, que ajudam a consolidar o terreno conquistado. Por isso, a doutrina prevaiente no campo monárquico, mesmo entre aqueles que mais acreditavam nas virtudes do sufrágio, como Paiva

Couceiro, era a de restaurar a monarquia e depois referendá-la. D. Manuel via-se rodeado de uma hoste que se batia em seu nome sem o consultar. Foram necessários anos de porfiados esforços para que D. Manuel conseguisse imprimir a sua política ao movimento monárquico. As incursões de 1911 e 1912 foram um sinal de impotência e desorganização dos monárquicos, mas deram alento aos mais combativos, e provocaram nova onda de repressão, que fez renascer das cinzas uma imprensa monárquica mais aguerrida, pronta a enfrentar as vagas de apreensões e empastelamentos.

Em 1914 publicavam-se em Lisboa 14 jornais monárquicos, 3 dos quais dedicados à caricatura política. As arbitrariedades da governação republicana davam abundante pasto à ironia e ao sarcasmo. Mas sentia-se a necessidade de ir mais longe do que a simples publicação de comentários mordazes aos

actos do poder político. O principal conselheiro de D. Manuel, Aires de Ornelas, vivendo em França, acompanhou o renascer do sentimento monárquico sob a inspiração de Charles Maurras e da “Action Française”. Admirador da obra de “saneamento intelectual” que se operava em França, graças crítica dos princípios revolucionários, o antigo ministro franquista pensou no modo de transferir para Portugal o renascimento dos valores tradicionais. Reconhecendo nas ideias revolucionárias que fermentavam em Portugal o figurino de origem francesa, facilmente deduzia a necessidade de importar também a crítica das mesmas. Em Abril de 1914 Aires de Ornelas publicava um opúsculo intitulado “as doutrinas políticas de Charles Maurras”. Mas onde ele via apenas a crítica dos princípios “revolucionários”, ou “republicanos”, podia-se ver também uma condenação do parlamentarismo e da monarquia constitucional. Tal consequência seria abundantemente explorada por um movimento, que estava prestes a irromper na política portuguesa.

O Integralismo Lusitano, criado no mesmo ano, deu-se a conhecer ao público com um vasto programa de crítica e reforma da mentalidade portuguesa. Com um verbo acutilante, lançado em várias direcções, golpeava duramente a política republicana e os

seus antecedentes liberais, atacando-lhes os alicerces filosóficos, científicos e sociológicos. O movimento monárquico ganhava novo poder de atracção.

Em Agosto de 1916 começou a publicar-se o “Diário Nacional”, órgão da Causa Monárquica. O manuelismo conseguia finalmente constituir-se em partido, com um jornal matutino dirigido por Aires de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel. A política nacional passava a ser diariamente analisada pela perspectiva monárquica superiormente orientada.

Mas em 1918 o movimento restauracionista voltou a mergulhar na via conspirativa, à margem das instruções régias. O sidonismo, apoiando-se nos monárquicos, deu-lhes a consciência da força que

tinham. Largamente representados no parlamento, no governo e no exército, não estavam dispostos a deixar que o poder voltasse às mãos do republicanismo radical. A Monarquia do Norte e a revolta de Monsanto, em Janeiro de 1919, foram o resultado desta actividade conspiratória, que terminou com mais uma vitória da república, e a prisão ou o exílio dos mais activos monárquicos.

Em meados de 1919, encontrando-se a Causa Monárquica privada dos seus chefes, uma delegação do integralismo lusitano dirigiu-se a Inglaterra, onde se encontrou com D. Manuel para lhe pedir que se definisse com mais clareza sobre pontos de política e que imprimisse uma nova direcção à Causa Monárquica. O rei recusou-se a tomar como seus os princípios anti-liberais do integralismo, afirmando-se rei constitucional, e confirmou o seu lugar-tenente Aires de Ornelas, que se encontrava preso, na chefia da Causa. O integralismo lusitano, reconhecendo a incompatibilidade entre as suas doutrinas e as do constitucionalismo, de que o rei se mostrava inabalável fiador, decidiu desligar-se da obediência a D. Manuel e procurou um entendimento com o partido legitimista. A cisão não foi seguida por todos os integralistas. Houve um grupo que continuou a reconhecer D. Manuel e a militar nas fileiras da Causa Monárquica: João Ameal, Caetano Beirão, Alfredo Pimenta, António Cabral, Luís Chaves, Fernando Campos e outros, constituíram uma corrente autónoma, que veio a chamar-se Acção Realista, e a publicar uma revista de doutrina política com o mesmo nome. O integralismo mantinha assim um braço muito activo no interior da Causa Monárquica, o que trouxe a esta um clima de intenso debate ideológico ao longo dos anos 20. A juventude da Causa Monárquica lançou em 1925 a “Portugália”, revista de “tradição, cultura e renovação nacional”, dirigida por Fidelino de Figueiredo. Foi nas páginas desta revista que se iniciou uma das mais importantes controvérsias doutrinárias entre monárquicos. O Conselheiro Luís de Magalhães, procurando aplanar as diferenças entre constitucionalistas e integralistas, publicou um artigo sobre “o tradicionalismo da carta”, onde interpretava o documento basililar da monarquia constitucional como uma adaptação moderna dos princípios da monarquia tradicional, mantendo todas as prerrogativas do poder régio e conservando a representação nacional dividida

que como nas antigas côrtes, pois os três estados encontravam-se representados nas duas câmaras da monarquia constitucional: nobreza e clero na Câmara dos Pares, Povo na Câmara dos Deputados. Este texto foi objecto de uma rigorosa crítica por parte de Caetano Beirão, nas páginas da “Acção Realista”, à qual Luís de Magalhães replicou com ampla argumentação, que juntou no livro “Tradicionalismo e Constitucionalismo”. A obra de Luís de Magalhães, em que Barrilaro Ruas via um dos mais altos expoentes do tradicionalismo português, é decerto a mais completa compilação da doutrina do manuelismo, e nela se pode avaliar a evolução de uma corrente política que, começando como simples profissão de fidelidade ao regime caído em 5 de outubro, foi ganhando consistência e visão crítica do período constitucional. A Causa Monárquica tinha, entretanto, recebido instruções de D. Manuel para definir com maior precisão a sua doutrina, procurando um acordo entre as suas correntes, mas mais uma vez as controvérsias entre integralistas e constitucionais fizeram arrastar a redacção do texto unificador, que esteve perto da conclusão, mas estancou quando se discutia o último ponto. O manuelismo ficou assim privado do seu manifesto definitivo, mas no caminho para o alcançar produziu suficiente reflexão ideológica para enriquecer o património do pensamento político português.



Aires de Ornelas e Vasconcelos



# O Rei como garante da democracia e da igualdade

## NOTAS VÁRIAS PARA UMA NOVA MONARQUIA

**Miguel Castelo-Branco** [miguelcastelobranco@yahoo.com](mailto:miguelcastelobranco@yahoo.com)

A sociedade civil, entendida como a soma das organizações e grupos comunitários que agem no espaço social sem tutela do Estado, é uma ficção. Sabemo-lo, mas persistimos em escamotear essa evidência. Se alguma vez houve separação entre o Estado e as instituições não políticas às quais os indivíduos pertenciam naturalmente ou por escolha e vocação - grupos sociais primários; grupos secundários e grupos intermédios, dotados de autonomia jurídica e com capacidade de manter a intrusão das instituições políticas à distância - esse foi o tão insultado período que antecedeu o liberalismo.

A experiência do liberalismo demonstrou à sociedade que a participação dos indivíduos na vida pública, ao contrário de se expandir, retraiu; que o Estado foi destruindo um a um os redutos da liberdade em nome de uma suposta intervenção legítima (as chamadas “políticas sociais”) e que legislou e codificou todos os aspectos da vida individual e colectiva. A representação política transformou-se no contrário das proclamações feitas: em vez da representação reproduzindo a sociedade real, criou-se uma representação feita na medida exacta da nova elite dirigente cooptada nas associações políticas, ditas partidos políticos. Foi um processo de colonização ideológica dirigido pelos políticos, que moveram guerra sem quartel por atacado a todos direitos históricos adquiridos pelas gentes. A expansão imperialista do Estado sobre os indivíduos e sobre os grupos sociais matou a espontaneidade das relações, ao ponto extremo de não haver hoje aspecto algum da vida que não careça de autorização e reconhecimento do Estado.

Há quem persista em separar a monarquia da democracia. Ora, a monarquia implicava um pacto

permanentemente negociado entre o Rei e os Estados (grupos sociais). O Rei não era aclamado sem prévia autorização dos representantes dos Estados; logo, o Estado não era “aquilo”, mas um “nós” que nos foi roubado. Mais, o Estado, como hoje o entendemos, era apenas um instrumento para a governança, ou seja, a boa e eficiente execução das políticas previamente discutidas pelos Estados. A democracia, ou soberania popular, não era então proclamada, mas existia de facto no pressuposto que o Rei e seus ministros não podiam governar sem o tácito assentimento das gentes. Quando o faziam, perdiam a legitimidade, a tal que implicava até, em situações extremas, a deposição do Rei ou a morte do Rei.

Uma das características enunciadas pelos adeptos da democracia prende-se com a permanente fiscalização dos actos de quem governa. Infelizmente, a democracia menor que temos tratou de se expandir sobre todos os poderes - o legislativo, o executivo, o judicial, e até o poder moderador, que devia, na melhor tradição liberal, residir no chefe do Estado - transformando a democracia numa bela mentira. Nós queremos a monarquia porque queremos a democracia. O Rei não é irresponsável - submete-se às leis e à Constituição - mas não pode ser, apenas, a figura de cúpula do Estado, separado da governação. O Rei deve reinar respeitando o governo, emanação da escolha dos cidadãos representados em parlamento, mas cabe-lhe ser o garante e observador atento de más políticas, abusos e até mentiras, assim como apossamento indevido, enriquecimento e favorecimento de alguns indivíduos ou grupos em benefício próprio e contra o interesse colectivo. Tivéssemos um Rei e muitos dos primeiros-ministros, ministros e outros governantes desta terceira república teriam sido demitidos por corrupção, após

auditoria requerida pelo chefe do Estado às instâncias judiciais competentes. Mas não, os presidentes, homens de partido, não o podem fazer, porque são homens saídos de partidos.

O Rei deveria, também, garantir a plena igualdade de oportunidades a todos quantos desejassem servir o Estado. Numa Nova Monarquia, caber-lhe-ia confirmar a nomeação dos quadros superiores dirigentes do Estado, depois de proceder à certificação da lisura dos concursos e provas públicas, impedindo a utilização do Estado pelas camarilhas trabalhando para os partidos políticos. Aos funcionários e servidores do

Estado não seria autorizado, por colisão de interesses, militar em partidos políticos. Ao libertar o Estado do flagelo da incompetência e do amadorismo inerentes às clientelas partidistas, o funcionalismo do Estado seria emanação de entrega dos mais aptos cidadãos ao serviço do bem-comum. Se o Rei fiscalizasse os concursos para provimento de lugares nas forças armadas e forças de segurança, na diplomacia, nas magistraturas judiciais, nos institutos e fundações dependentes do Estado, nas empresas de capitais públicos, se zelasse pelo regime de incompatibilidades, muito seria corrigido num país entregue a gente desclassificada e incompetente animada pelo mais chão devorismo.

## Cartoon...



“Pátria descoroadada, Nação agrilhoada” por Mariana Filipe

# O que posso fazer pelo meu Portugal?

**José Alarcão Troni** Presidente da Direcção da SHIP

## Posso e devo defender-lhe a Memória, a Identidade e a Autoestima.

Faz poucos meses que estou na presidência da Direcção da SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, fundada em 1861, há pouco mais de cento e cinquenta anos, por quarenta patriotas anti-iberistas, de entre os quais avulta a figura de Alexandre Herculano, tendo por objecto estatutário a defesa da Independência, Individualidade, Identidade, Memória, Autoestima, Língua e Cultura do nosso velho Estado-Nação. Agora, acabo de levar um murro no estômago – e comigo, creio que quinze milhões de Portugueses, residentes no País e na Diáspora –, murro que consistiu na agressão tecnocrática da nossa actual classe política, a qual nos pretende privar do feriado nacional identitário do 1º de Dezembro de 1640.

Ora, se há feriado indiscutível, este é o do 1.º de Dezembro, data *sine qua non* dos demais. Na verdade, se não tem existido a Restauração da Independência, em 1 de Dezembro de 1640, não haveria 5 de Outubro, 10 de Junho, 25 de Abril ou qualquer outro, porquanto a agenda dos feriados nacionais seria fixada por Madrid. Quanto muito, a Região Autónoma de Portugal, provavelmente com o título honorífico de Reino, celebraria o seu Dia da Autonomia.

Se há feriados indiscutíveis, estes são o 1.º de Dezembro e o 10 de Junho, datas que unem a Nação Portuguesa, em torno dos seus Bandeira, Hino, Valores, Memória, Identidade, Língua, Cultura, Santos e Heróis.

Há pouco mais de cem anos, o Governo Provisório da

1ª República, cerca de uma semana decorrida sobre o 5 de Outubro de 1910 – concretamente, a 12 de Outubro – definiu com lucidez os feriados incontornáveis de Portugal, sem distinção de civis e religiosos.

Foram, nomeadamente, o 1.º de Dezembro, o 5 de Outubro, o Natal, o Ano Novo... Os Portugueses, durante um século, evocaram as efemérides referidas – sem contestação nem divisões – às quais acrescentaram, mais tarde, o 10 de Junho, o 25 de Abril e o 1º de Maio.

Os feriados do 1º de Dezembro e do 10 de Junho são, indiscutivelmente, insubstituíveis, por neles se evocar a essência da Portugalidade. Sem a Restauração, no dia 1º de Dezembro de 1640, Portugal não celebraria

quaisquer outros feriados, porquanto a Portugalidade estaria dissolvida na Hispanidade e a Língua Portuguesa subalternizada à Língua Castelhana. Ao 1.º de Dezembro deve Portugal a sua Independência e a universalidade da Língua e Cultura Portuguesas.

Também, sem o 1.º de Dezembro de 1640, provavelmente não existiriam Brasil, Angola ou Moçambique, como grandes Estados-Nação de Língua Portuguesa. E os demais países e regiões da Lusofonia ou Luso-esfera – unidos pelo Mar que Portugal sulcou – seriam distantes reminiscências de uma muito remota soberania lusitana.

Um Estado que não comemora, como seu principal feriado, o Dia da Independência é um Estado bastardo, sem dignidade nem valores. Alguma vez os Estados Unidos pensariam em deixar de evocar o *Independence Day*?

*“Os feriados do 1º de Dezembro e do 10 de Junho são, indiscutivelmente, insubstituíveis, por neles se evocar a essência da Portugalidade. Sem a Restauração, no dia 1º de Dezembro de 1640, Portugal não celebraria quaisquer outros feriados, porquanto a Portugalidade estaria dissolvida na Hispanidade”*

Recorda-se que a Guerra da Restauração se não travou só contra a Espanha, na Terra e no Mar, mas também contra a França no Brasil e os Países Baixos, no Brasil e na África e no Oriente.

A Restauração mobilizou a Nação Portuguesa, na Europa e no Ultramar, combateu e venceu as potências que a ela se opuseram. E Portugal recuperou a sua Independência plena.

Na União Europeia em 27 são 18 os países cujo Dia Nacional – o feriado mais importante – evoca a respectiva fundação ou independência.

A Assembleia da República não podia apagar do calendário oficial de Portugal aquele feriado em que celebramos o valor incontornável da Independência Nacional – a Assembleia da República teria o dever de não votar nesse sentido. E, acontecendo isso,

como aconteceu, o Presidente da República não devia ter promulgado. Como representante máximo da República Portuguesa e garante da independência nacional, o Presidente da República devia ter exercido o veto político contra tamanho ataque ao espírito de Portugal e da sua História.

A SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal – hoje como no decurso dos últimos 150 anos – convoca os Portugueses para que, fazendo prevalecer o bom senso, defendam a restauração do Feriado do 1.º de Dezembro de 1640. O Feriado *Sine Quod Non*.

*N.R.: Foi já lançado o Movimento 1º de Dezembro, que se mobilizará, entre outras iniciativas, na recolha de assinaturas visando a iniciativa legislativa de reposição do feriado. Para mais informações, contacte a SHIP ou a página do Movimento no facebook.*

## Loja online

www.reallisboa.pt

Prepare já as suas compras



# A Monarquia no Século XXI

**Jorge Leão**

jorgeleao@jorgeleao.pt

Presidente da Real Associação do Porto

Membro da Comissão Executiva da Causa Real

Durante o ano do centenário da república, a imprensa portuguesa publicou inúmeros artigos sobre a monarquia, tendo em consequência deixado de ser tabu o debate Monarquia versus República.

Por outro lado, as enormes dificuldades que o nosso país atravessa, com uma crescente e generalizada perda de qualidade de vida, obriga os portugueses a questionarem-se cada vez mais sobre o nosso regime actual. Facto é que, na maioria dos debates, mesmo os republicanos mais fanáticos admitem vantagens que um regime monárquico poderia trazer para Portugal.

Aliás, os argumentos republicanos contra a monarquia acabam sempre por ficar reduzidos à pretensa livre escolha do presidente e à não aceitação da sucessão hereditária. Estes dois argumentos têm no entanto sido contrariados e até desmistificados pela história recente, sendo reconhecida a partidocracia da eleição presidencial. Acresce que a generalidade dos defeitos atribuídos ao regime monárquico do passado, tornaram-se hoje ainda maiores, mais graves e visíveis, não nos podendo esquecer que os regimes monárquicos também foram evoluindo, naturalmente para melhor, como se pode observar nos países europeus onde existem monarquias. E não são os “escândalos” que os média se deliciam a publicitar que afectam e põem em questão o bom funcionamento das monarquias europeias actuais.

Prova que o nosso movimento está mais forte é a circunstância de os republicanos se preocuparem em dificultar cada vez mais o nosso crescimento com muitas acusações deturpadoras e pretensamente dissuasoras do nosso ideário.

Se houvesse uma mudança de regime, a restauração da Monarquia em Portugal traria muitos benefícios para o país, sem implicar quaisquer mudanças fundamentais nas áreas da vida pública. Ao Rei competiria escolher para chefiar o governo, o representante do partido mais votado no parlamento,

o que seria uma função semelhante à do Presidente da República, com os direitos e obrigações conferidos pela constituição. Por outro lado, a democracia e a representatividade dos cidadãos não seriam postas em causa, sendo asseguradas por periódicas eleições directas e universais, tanto legislativas como autárquicas.

A existência da Instituição Real traria para o país vantagens evidentes, sendo de destacar as seguintes:

- O Rei e a Família Real constituem um elemento de agregação para todos os portugueses, personificando e simbolizando a soberania da Nação, assim como o passado colectivo e a herança cultural dos portugueses.
- A identificação histórica da pessoa do Rei com a Nação confere um maior prestígio e reconhecimento internacional à representação de Portugal pelo Rei.
- O Rei não necessita de ser eleito com o apoio dos partidos políticos, sendo independente do apoio de interesses ou grupos de pressão políticos, económicos ou quaisquer outros.
- Sendo ideologicamente independente, a isenção e a liberdade do Rei são garantia dos direitos e da liberdade dos cidadãos.
- O Rei, ao constituir um factor de unidade na diversidade e de garantia de continuidade, favorece a estabilidade política.
- Constituindo, ainda, uma forma de organização política tradicionalmente e comparativamente mais económica do que a República.

O poder do Rei vem do povo e é um forte sinal de que Portugal está vivo.



**CR: Porque se tornou sócio da Real Associação de Lisboa (RAL)?**

Foi um pouco por acaso...decidi ir à sede da RAL comprar uns materiais de propaganda monárquica e encontrei lá pessoas com quem fiquei à conversa e que me cativaram para me associar. Mais tarde, através do Facebook, conheci outras pessoas da RAL e achei que me devia juntar. Até porque, dada a minha formação, posso dar uma ajuda na digitalização de textos monárquicos.

**CR: Desde quando é monárquico?**

Desde a infância que me considero atraído pela instituição monárquica, mas, mais tarde, ao verificar que é preciso algo de mais transcendente do que o processo partidário, é que confirmei essas convicções. Mas considero-me um pouco uma “ave rara”, fujo bastante ao estereótipo que a Imprensa faz dos monárquicos portugueses: sou um monárquico suburbano, moro em Odivelas, não tenho ascendência nobre nem nada no género, não sou grande apreciador nem de fado nem de touradas.

## NOVO SÓCIO

Nome: Nuno Bandeira

Idade: 35 anos

Naturalidade: Lisboa

Ocupação: Assistente de Investigação Científica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

**CR: Acha que esse estereótipo ainda é muito forte?**

Acho. Aliás, quando tinha 20 anos e me declarava monárquico, muita gente perguntava logo se eu tinha sangue nobre, se os meus pais eram monárquicos, etc., etc..

**CR: E o que sugere que se faça para mudar essa imagem?**

Ainda não estou muito envolvido no movimento, mas parece-me importante ter uma estratégia mais inovadora na divulgação dos nossos ideais e não dar uma imagem elitista da RAL e das iniciativas que promove.

**Daqui e dali...**

*“Na verdade, a Monarquia não se distingue da República por propor uma diferente forma de chefia do Estado. A Monarquia é a forma particular como um Povo/Nação se organiza numa comunidade viável e solidária. O rei não governa nem chefia o Estado, mesmo quando em situações históricas extremas a isso se viu obrigado. A Família Real é, isso sim, a mais perfeita representação do seu Povo: quer a memória dos que já passaram, quer odo presente, quer os direitos e a esperança dos que hão-de vir. Os Povos/Nações podem encontrar várias formas de se auto-governar, como já fizeram no passado. A Monarquia é sobretudo o garante da unidade orgânica e identidade do seu Povo/Nação.”*

**Manuel Abranches de Soveral**

## Juventude Monárquica de Lisboa tomou posse e já a trabalhar

Lisboa, 27 de Abril de 2012

A Direcção da Juventude Monárquica de Lisboa (JML) tomou posse no dia 27 de Abril de 2012, num evento realizado no Palácio da Independência, onde estiveram reunidas mais de 60 pessoas, entre as quais o Presidente da Real Associação de Lisboa, Nuno Pombo, que deu posse à nova Direcção com palavras de estímulo e de muita confiança, tendo lido a entusiasmada mensagem que Luís Lavradio, Presidente da Causa Real, dirigiu aos jovens monárquicos de Lisboa. Presentes estiveram ainda o Presidente da Juventude Monárquica, Álvaro Meneses, o Presidente da Real Associação do Porto, Jorge Leão e o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, José Alarcão Troni, que usou igualmente da palavra, exortando a juventude a orgulhar-se dos valores de Portugal. A encerrar esta iniciativa o convidado José Ribeiro e Castro, deputado à Assembleia da República, brindou os presentes com uma alocução sobre a importância e o significado do feriado nacional do 1.º de Dezembro.

No seu discurso, o novo presidente da JML, João Embaixador, deixou bem claro que a prioridade da nova Direcção é a divulgação do ideal monárquico, de uma forma simples e incisiva, de modo a captar a simpatia dos jovens lisboetas para a Causa da Monarquia.

Na sequência da tomada de posse, a JML começou imediatamente a trabalhar, tendo as suas primeiras actividades como finalidade congregar os jovens em torno de uma ideia por Portugal.

A convite de professores do Instituto de Formação Bancária, o Presidente da JML, João Embaixador, falou aos alunos desta instituição sobre o ideal monárquico e o papel que a Monarquia pode desempenhar na defesa dos interesses de Portugal, numa sessão bastante participada realizada nas suas instalações, no dia 10 de Maio.

Nesse mesmo dia, inaugurou-se o “Café com”, um encontro informal, bem ao estilo das famosas tertúlias, tendo sido o Arq. Gonçalo Ribeiro Teles o primeiro convidado. Esta iniciativa teve lugar no bar Fox Trot, em Lisboa, e a afluência foi grande e diversificada.

A Direcção da JML participou na Caminha pela Vida, no dia 19 de Maio.

No último dia do mês de Maio, realizou-se ainda um jantar tertúlia com o Dr. António de Sampayo e Mello, autor do recente livro “Monarquia? Em busca de um caminho para Portugal”. O convidado centrou a sua apresentação na importância dos princípios que sustentam o ideal monárquico, nos campos de intervenção que têm de ser



ocupados e na identificação dos instrumentos utilizáveis no debate sobre o regime, o que suscitou um interessante e vivo debate.

O Dia de Portugal foi igualmente assinalado pelos jovens monárquicos de Lisboa, tendo vários dos seus membros, participado na homenagem aos Combatentes, realizada em Belém.

Ainda no mês de Junho, a JML participou no aniversário da Real Associação de Lisboa, em Odivelas, e três elementos da Direcção, João Embaixador, Diogo Tomás e Carmo Pinheiro Torres, apresentaram oficialmente a nova Direcção a S.A.R. o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança, numa reunião realizada em Lisboa, no dia 15.

## Lisboa acolhe XVIII Congresso da Causa Real

Lisboa, 28 de Abril de 2012



O Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa foi o palco escolhido para a realização do XVIII Congresso da Causa Real, que decorreu no passado dia 28 de Abril. A assembleia magna dos monárquicos portugueses reuniu delegados de todas as Reais Associações nacionais e contou com a presença de S.A.R. o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança, que presidiu ao almoço que juntou todos os participantes e à cerimónia de encerramento do Congresso.

Os trabalhos tiveram início por volta das 9h30 com as habituais palavras de boas-vindas do Presidente da Real Associação anfitriã. Nuno Pombo, na sua intervenção, salientou que “com o seu XVIII Congresso, a Causa Real entra na maioria, cabendo-lhe assumir a responsabilidade e a urgência de apresentar uma

alternativa para reforma do sistema político em Portugal”

Após a apresentação do Relatório de actividades e das contas da Causa Real relativos ao ano de 2011, Luís Lavradio, Presidente da Causa Real, apresentou a estratégia para o próximo triénio. Enaltecendo a dedicação, perseverança e trabalho dos seus antecessores, apelou à renovação do Movimento Monárquico, à alteração da sua forma de estar, à actualização da sua mensagem para que possa enfrentar os desafios lançados pela sociedade do século XXI.

S.A.R. o Duque de Bragança encerrou os trabalhos com palavras de ânimo, encorajando os monárquicos a darem a vitalidade necessária ao Movimento e a servirem com generosidade, talento

e entrega os interesses de Portugal. Depois do almoço, juntaram-se aos congressistas Francisco Cunha Rêgo, membro da direcção do IDP - Instituto Democracia Portuguesa, e António Filipe Pimentel, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, que proferiram notáveis exposições sobre o tema “O Pensamento Monárquico no Século XXI”.

A Direcção da Causa Real eleita para o próximo triénio é composta por Luís Lavradio (Presidente), João Távora (Vice-Presidente), Sérgio Rau Silva (Secretário Geral), Gonçalo de Brito e Cunha (Tesoureiro), Manuel Guerra Pinheiro, Lourenço Pereira Coutinho, Alexandra Vasconcellos, Aline Gallasch-Hall, Leonor Martins de Carvalho, Teresa Corte-Real e Nuno Miguel Guedes, para além dos Presidentes das Reais Associações e da Juventude Monárquica.



### NAS FOTOGRAFIAS

1 - S.A.R., o Duque de Bragança e Luís Lavradio, Presidente da Causa Real, no encerramento dos trabalhos; 2 - Nuno Pombo, Presidente da Real Associação de Lisboa, na abertura do Congresso; 3 e 4 - Delegados ao Congresso, durante os trabalhos. Fotos: © Raul Bugalho Pinto

## A Real Associação de Viseu completa este ano 20 anos de existência

Viseu, 5 de Junho de 2012

A 5 de Junho de 1992 cerca de duas dezenas de monárquicos, entre antigos e distintos militantes e jovens iniciantes, concentraram-se no Cartório Notarial em Mangualde onde assinaram a escritura de criação da Real de Viseu.

Desde então nos separam duas décadas de serviço ao Ideal Monárquico e ao Rei. E, sem dúvida, de serviço à região e ao País.

Para além da prossecução do seu objectivo principal de restaurar a Monarquia, a RAV esforça-se por cumprir uma útil acção social, que além de ser consignada como objectivo estatutário, faz parte do seu sentido do Dever enquanto associação de cidadãos empenhados e esclarecidos. Esta acção social, exercida para a promoção da Cultura, do conhecimento da História Pátria e da divulgação da nossa e doutras regiões do País, integra-se na sua estratégia para a melhor compreensão e divulgação do espírito que subjaz à Ideia Monárquica.

As acções da Real de Viseu dirigem-se sobretudo para o exterior, para a sociedade portuguesa que pretende servir.

Ao longo destes anos a RAV colocou SAR o Senhor Duque de Bragança e a Família Real, por diversas vezes, em contacto com



as populações do distrito. Em importantes ocasiões regionais, contribuiu para que Suas Altezas marcassem com a Sua presença significativos eventos concelhios e estabelecessem estreitas relações com os respectivos responsáveis autárquicos e com relevantes instituições locais.

Durante estas duas décadas, procurou ter um papel activo na informação e no esclarecimento de grandes questões nacionais, como foram os referendos sobre o Tratado Europeu ou a interrupção voluntária da gravidez. Não lhe cabendo tomar posição, pôs em confronto as várias posições através de conferências e debates.

Realizou diversas palestras e exposições em locais públicos, abertas a todos os interessados e com a presença de entidades locais, umas vezes focando temas políticos relacionados com o Regime Real, outras vezes versando assuntos culturais desde a Literatura à História.

A RAV também se dirigiu a diversas localidades efectuando visitas para melhor conhecer

cada região e os seus povos. Designou estas incursões como "Viagens ao País Real". Procurou saber, e mostrar interesse, pelas actividades locais, pelos seus polos de desenvolvimento e pela sua História, estabelecendo ligação com as pessoas e suas organizações representativas, desde as câmaras municipais às associações e empresas, e dando-se também a conhecer e ao nosso Ideal.

Nestas actividades, de acção mais regional, procurou contudo ter uma intervenção que servisse os objectivos nacionais da Causa Real, de que aceitou ser parte integrante. Deu delas sempre conhecimento e convidou todas as outras Reais Associações a participarem. Também se pauta por considerar como suas as actividades das suas congéneres, nunca deixando, em momentos de grande impacto para a Causa, de dar o seu contributo.

**Álvaro Meneses**, *Presidente da Direcção da Real Associação de Viseu*

## Visita a Odivelas – 23.º aniversário R.A.L.

Lisboa, 16 de Junho de 2012

No âmbito do 23.º aniversário da Real Associação de Lisboa, e com a presença de mais de sessenta associados, decorreu no passado dia 16 Junho uma visita ao município de Odivelas, com especial ênfase no Mosteiro de São Dinis, Monumento Nacional e Panteão Régio por nele estar sepultado El-Rei Dom Dinis.

Foram nesta ocasião lançadas as bases do Núcleo Concelhio de Odivelas, que conta com o especial empenho de Abílio Santos e com



o entusiasmo dos monárquicos odivelenses.

Depois do agradável passeio pela zona histórica do concelho, beneficiado pelos ensinamentos dos cicerones de Odivelas, nomeadamente do deputado municipal Miguel Xara-Brasil,

seguiu-se um muito simpático almoço convívio presidido pelo Chefe da Casa Real Portuguesa, o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança. O Presidente da Real de Lisboa, Nuno Pombo, aproveitou a circunstância para reafirmar que S.A.R. sabe que pode contar com os associados da Real de Lisboa

na importante missão de servir Portugal, tendo o Senhor D. Duarte lançado um desafio a todos: o de se manterem empenhados na defesa dos valores permanentes de Portugal e, nesta conjuntura tão difícil, de se mobilizarem na construção de uma genuína unidade nacional.

### NAS FOTOGRAFIAS

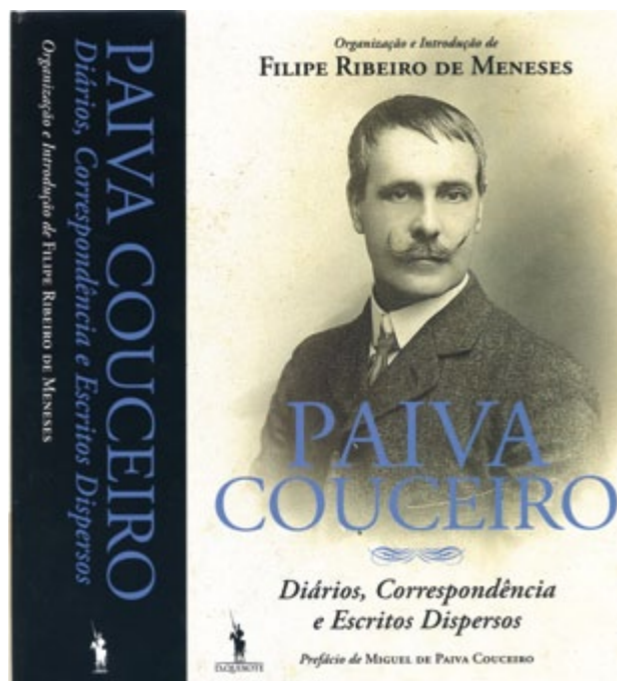
1 - Fotografia de grupo com S.A.R. o Duque de Bragança; 2 - Nuno Pombo no uso da palavra, depois do almoço. À mesa, no sentido dos ponteiros do relógio: Francisca Xara Brasil, S.A.R., o Duque de Bragança, Carlota Cambournac, Margarida Gomes da Costa, D. Vasco Teles da Gama e Abílio Santos; 3 - Durante a visita ao Mosteiro de S. Dinis. Fotos: © Raul Bugalho Pinto

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Paiva Couceiro - Diários, Correspondência e Escritos Dispersos.  
**Editor:** Filipe Ribeiro de Meneses  
**Editora:** D. Quixote

Raras, raríssimas vezes, uma doação aos arquivos nacionais é acompanhada da publicação de parte expressiva dos seus materiais documentais, mas foi precisamente isso que aconteceu em 2011 com a cedência à Torre do Tombo do espólio de Henrique de Paiva Couceiro e da edição, pela Dom Quixote, de Paiva Couceiro. *Diários, Correspondência e Escritos Dispersos*, um grosso volume de 803 páginas compactas, organizado pelo *scholar* Filipe Ribeiro de Meneses, também biógrafo de Salazar. Caso para dizer que, *uma vez mais*, foi exemplarmente português o monárquico carismático e voluntarioso, muito bem interpretado pelos seus herdeiros familiares: foi por iniciativa de Miguel de Paiva Couceiro que tudo isto se fez e pôde fazer. Porque a integração desse importantíssimo espólio vai permitir conhecer melhor, para além da lenda e do preconceito, a vida e a obra do homem, e de alguma maneira, também, iluminar e reconstruir boa fatia da história portuguesa da primeira metade do século XX.

A própria organização do volume o aponta, com seis capítulos temáticos — 1. Nasce um político 1902-1903; 2. A Galiza 1910-1912; 3. Guerra Mundial, Sidonismo e Monarquia do Norte 1913-16; 4. Política monárquica e nacionalista 1920-26; 5. Ditadura militar 1926-1932; 6. Estado Novo 1933-1943 — precedidos por um comentário historiográfico e biográfico de Filipe Ribeiro de Meneses que orienta na perfeição a leitura dos



materiais agora trazidos a público pela primeira vez, como sucede com a abundante correspondência. Seja como for, é preciso lembrar (e não deixar esquecer, como crime que foi) que o saque da residência de Paiva Couceiro em 1915 pulverizou muita documentação, o mesmo sucedendo com a deriva após a Monarquia do Norte, o que teve como consequência que «a maior parte da documentação contida no espólio pertence ao período que se seguiu a este último episódio». A iconoclastia corrói a História e nunca presta contas.

Livro riquíssimo, com páginas impactantes, que se lê com imensa curiosidade e um sentimento de orgulho e gratidão por ter havido Portugueses assim.

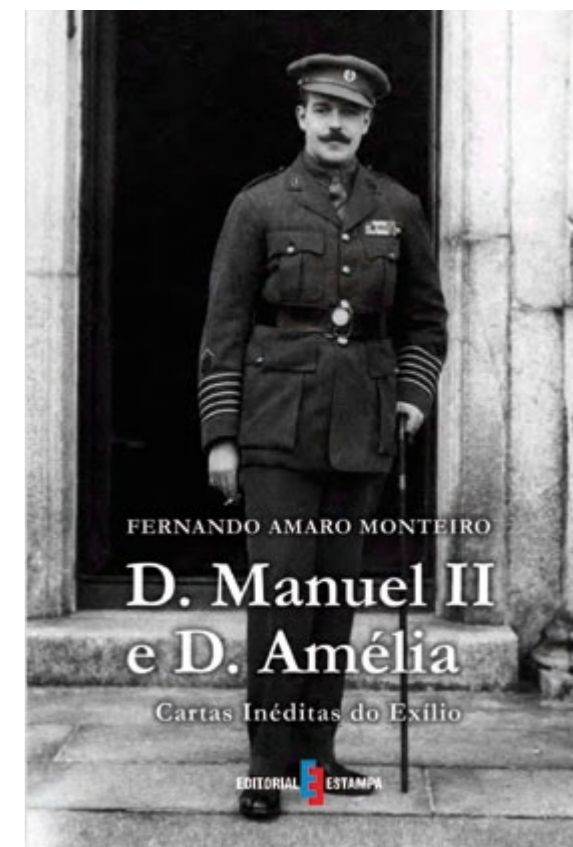
**Vasco Rosa**  
*Real Associação de Lisboa*

## FICHA TÉCNICA

**Título:** D. Manuel II e D. Amélia.  
**Cartas Inéditas do Exílio.**  
**Autor:** Fernando Amaro Monteiro  
**Editora:** Estampa

“D. Manuel II e D. Amélia – Cartas Inéditas do Exílio” é a mais recente obra de Fernando Amaro Monteiro, autor de títulos como “Salazar e a Rainha” e “Salazar e o Rei (Que Não Foi)”. Tem a chancela da Editorial Estampa e reúne um vasto leque de correspondência inédita enviada e recebida durante o exílio pelos Monarcas, em particular pelo Rei. Trata-se de um espólio de 152 documentos maioritariamente oriundo da Fundação Dom Manuel II, que evidencia a devoção abnegada com que sempre serviram Portugal, bem como o reconhecimento internacional de que eram alvo. Neles está patente o sentido de compromisso e de serviço público segundo o qual se regiam, transversalmente manifestado nas Causas que com muita dedicação abraçavam. Questões como a hipotética restauração da Monarquia na Pátria Mãe, os planos iberistas de Afonso XIII de Espanha e o desempenho do Rei durante a I Guerra Mundial, como Oficial da Cruz Vermelha Britânica, são afloradas. O seu empenho primordial na mediação entre Jorge V, o Governo britânico e Portugal, nomeadamente aquando do Governo saído de 28 de Maio de 1926 (com o qual se desilude depois) surge indesmentível e sugere que o Rei esteve, como lhe cumpria, sempre em funções. A sua delicada condição financeira e o seu testamento eram fonte de preocupação e recorrentemente relatados aos seus colaboradores portugueses. Repetidas vezes defraudado nas suas expectativas, preterido e alvo de silêncios angustiantes por parte daqueles em quem confiava em Portugal e que não deveriam faltar-lhe, outras vezes alvo de intrigas, o Rei esmorecia, restando-lhe a consolação do dever cumprido.

“D. Manuel II e D. Amélia – Cartas Inéditas do Exílio” inclui ainda um Índice Onomástico e Remissivo descritivo dos nomes referenciados na documentação. No ano em que se assinalam 80 anos sobre a morte



d’O Rei Patriota, aconselha-se a leitura desta obra, que põe termo a um conjunto de equívocos sobre os Reis exilados e ajuda a clarificar a sua real imagem.

**Joana Dias Pereira**  
*Real Associação da Beira Litoral*

### Pequeno excerto:

“Terei grande prazer se Vossa Magestade me honrar vindo almoçar (...). O Primeiro Ministro está livre nesse dia e, a não ser que alguma ocorrência de grave natureza interfira, ele daria grande valor à oportunidade de reviver a agradável troca de impressões tida com Vossa Magestade em Lisboa, da qual guarda tantas recordações.” Winston Churchill, 17 de Junho de 1911.



F O R N E C E D O R   O F I C I A L  
D A   C A S A   R E A L

  
**SAGRES**  
**BOHEMIA**

SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA  
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.

Seja responsável. Beba com moderação.